



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SEMA

Ata da 54ª Reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONDEMA – 23/05/2018

Foi realizada reunião pela Secretaria de Meio Ambiente aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às 15 horas e 20 minutos, na Sala de Reuniões da Casa de Conselhos, localizada na Rua Xavantes, 51 – Tupi. A reunião foi presidida pela suplente da Secretaria de Meio Ambiente, Mariane Laurentino Ferreira, e contou com as presenças da SEASP pelo suplente Fábio Marques, SEDUC pela titular Eliane Cruz e Professor Douglas Fabiano Colaneri, representando a suplente Simony Feichas Renó, SEPLAN pelo suplente Juliano Fornazari Ribeiro, SESURB pelo suplente Ricardo dos Santos Barreto, GP pelo suplente Isac de Oliveira Jr, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Praia Grande pelo titular Mario Bodon Gomes, OAB Praia Grande pela titular Rosana Oliveira e demais convidados. Foi apresentado o Plano Municipal de Meio Ambiente para os conselheiros, que possui como objetivos a melhora da qualidade de vida dos habitantes, a fiscalização e o controle da poluição ambiental, a reparação ou restauração de danos ambientais, a fiscalização ambiental, elaboração e implantação de programas que visam a proteção ao meio ambiente, a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (já criado, mesmo com o Plano não vigente), a ampliação da estrutura de saneamento básico, a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e de estudos e parcerias para desenvolvimento do ecoturismo, a recuperação e remediação das áreas degradadas do município (foram citados o antigo lixão e a área ocupada pela empresa Profundir como exemplos) e a estruturação do município no que tange à administração do meio ambiente. Fez-se um aparato a respeito das Leis Ambientais do Município que providenciam suporte para que as ações do Plano possam ser realizadas, como a Lei Orgânica, Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei Sonora, Lei de Arborização Urbana, sendo que a representante da SEDUC, Eliane Cruz, comentou sobre a Lei Municipal de Educação Ambiental que não foi inserida no Plano. As considerações realizadas por ela estão anexadas ao final da Ata. Quanto ao diagnóstico, fez-se uma breve introdução sobre as Áreas Protegidas na cidade, que incluem a Apa Marinha Litoral Centro, o Parque Estadual da Serra do Mar, o Parque Estadual Xixová Japuí e Parque Municipal Piaçabaçu. Comentou-se a respeito do levantamento da biodiversidade da fauna através da consulta aos licenciamentos ambientais realizados no município e na bibliografia disponível. Fez-se também uma introdução sobre os problemas ambientais que ocorrem na cidade, como a poluição hídrica, proveniente das ligações irregulares de esgoto, a poluição de resíduos sólidos, destacando a intensa atuação da Prefeitura no que diz respeito à fiscalização de descarte de resíduos da construção civil, a poluição sonora, sendo que existe uma autorização emitida pela SEMA que permite aos comerciantes a emissão de um volume sonoro até um limite estabelecido segundo o zoneamento em que o comércio se encontra. Foi indagado pelos Conselheiros se essa autorização se estende apenas ao comércio e se a Lei de Poluição Sonora abrange residências, por exemplo, e se foi respondido que a Lei cita apenas



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SEMA

comércios, entretanto, ela deve ser usada como base para outras construções, aplicando o mesmo limite definido segundo o zoneamento e o horário da emissão de som. Também foi questionado sobre as máquinas em obras que trabalham em horário não permitido, sendo respondido que mediante essa situação deve-se realizar denúncia na ouvidora. Falou-se sobre a Poluição do Ar e Poluição do Solo, citando a recuperação do solo realizada nas áreas do Antigo Lixão e da Profundir, Poluição Industrial, Redução da Cobertura Vegetal e a Caça Ilegal, tanto em áreas marinhas e áreas de vegetação. Foi indagado pela titular da OAB de Praia Grande se existe algum Projeto para evitar a caça ilegal de aves e foi respondido que esta é minimizada através de atividades de educação ambiental, sendo colocado pelo suplente da SEASP que essa caça é realizada com o intuito de vender as espécies e o problema chega a ser cultural. Apresentaram-se os Programas Ambientais que serão ampliados ou implantados no Município, como o Programa Município VerdeAzul, que disponibiliza diretrizes para a implantação de uma agenda ambiental e o Programa Esgoto Certo, realizado pela Sabesp em conjunto com a Prefeitura, que visa a redução do número de imóveis com ligações clandestinas. A respeito deste último, foi indagado sobre o levantamento do resultado e a bióloga da SEMA, Eliane Rovati, disse que o Gaema realiza a listagem de residências irregulares e o Engº Carlos Vicente Mensingem possui esses dados. Citou-se também o Programa de Desenvolvimento do Litoral Paulista, pauta da última reunião do CONDEMA, Programa de Gestão de Resíduos da Construção Civil, Manejo Ambiental, que contempla um Plano de Arborização Urbana e Parques Públicos Urbanos. Ainda do que diz respeito ao Plano de Arborização Urbana, o titular da AEAPG perguntou se o Plano contemplará áreas com garagens rebaixadas, e respondeu-se que em todo o estudo de impacto de vizinhança que possuem garagens nesse modelo, exige-se que uma área seja permeável, comentando também sobre o desafio da implantação do espaço árvore nas calçadas estreitas e casas geminadas. Falou-se da inserção da Logística Reversa no Plano de Meio Ambiente e da criação de um Manual de Boas Práticas Sustentáveis para construções, a fim de realizar edificações mais sustentáveis, além da criação de uma agenda ambiental municipal, visando à diminuição do desperdício de insumos. Além disso, comentou-se da importância de fazer convênios com universidades e empresas, por exemplo, para conseguir levantar mais dados a fim de inseri-los no plano. Ainda na área de Arborização Urbana, falou-se sobre o vôo realizado que irá providenciar uma foto aérea da cidade e que proporcionará o levantamento das posições geográficas dos indivíduos arbóreos, entretanto, foi ressaltado que não será possível a identificação das espécies, reforçando a ideia da necessidade de convênios para realização do inventário, sendo dado como sugestão o cadastro de árvores através da inserção de um chip nas mesmas. Ao final da reunião, o representante da AEAPG falou a respeito do incentivo do CREA que faz anualmente uma blitz com determinados temas no estado de SP, sendo que o tema que está sendo fiscalizado agora é o meio ambiente, onde o CREA aprimorará e intensificará a fiscalização em empresas das áreas de Agronomia e Meio Ambiente. A reunião se encerrou às 16h, sendo a próxima agendada para o dia 20 de junho. Nada mais havendo a relatar, foi lavrada por Giuliana Cucciolito, da SEMA, a presente Ata, assinada por todos os presentes acima nominados, com lista de presença em anexo.